

TRADUÇÃO DAS ARTES VISUAIS: DESIGN UNIVERSAL PARA DEFICIENTES VISUAIS EM MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

William de Souza Castro¹

Resumo

O artigo em questão teve como meta o desenvolvimento de ações para facilitar o entendimento e a experiência das artes visuais em centros culturais e museus, usando estudo de campo com pessoas com deficiência visual para fundamentar o desenvolvimento de réplicas, incluindo a tradução das cores para apreciação multissensorial por este público. No Brasil não existe nenhuma instituição cultural que possua obras itinerantes, com coleções de artes adaptadas a este público. O que é mais comum no país são espaços culturais que contêm coleções com obras pontuais ou fixas, que deixam de ser interessantes com o passar do tempo. As entrevistas com as pessoas com deficiência visual mostraram os diversos problemas e dificuldades enfrentados por esta população, que acabam por impedir sua circulação natural nestes espaços culturais - que vão desde barreiras arquitetônicas, comunicação, obras não universais e, até mesmo, funcionários despreparados. Por meio do design universal foram estudadas e criadas intervenções para que centros culturais e museus ofereçam uma experiência museológica e cultural adaptada, em favor das pessoas com deficiências visuais, com baixo custo e utilizando tecnologia já existente. Oferecendo, assim, uma experiência mais completa e expandida a este público.

Palavras-chave: Design Universal. Design Inclusivo. Arte inclusiva. Centros culturais inclusivos. Pessoas com deficiência visual.

Abstract

This research aimed at the development of actions to facilitate the understanding and the experience of visual arts in cultural centers and museums, using field studies with visually impaired people to support the development of replicas that included the translation of colors, for the multisensory appreciation by this audience. In Brazil there is no cultural institution that has itinerant works, with collections of arts adapted to this audience. What is more common in the country are cultural spaces where punctual or fixed collections, which become uninteresting over time. The interviews with people with visual impairments revealed many problems and difficulties faced by this population, which end up impeding their natural circulation in cultural spaces - ranging from architectural barriers, communication, non-universal works and even unprepared employees. Through universal design interventions have been investigated and created for the cultural centers and museums to offer an adapted museum and cultural adapted experience, in favor of people with visual impairments, at low cost and using existing technology. Thus, offering a more complete and expanded experience to this audience.

Keywords: Universal Design. Inclusive Design. Inclusive art. Inclusive cultural centers. Visually impaired people.

¹ Mestre em Design e docente no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo nos cursos de Marketing, Publicidade e Propaganda, Produção Multimídia e Produção Publicitária. Possui expertise em Design Criativo, Marketing Digital, Social Media e Projetos Integradores, unindo o rigor acadêmico à prática de mercado. Atua na Gestão de Branding e Reputação de Marca no Aché Laboratórios Farmacêuticos, onde desenvolve estratégias em cenários de alta complexidade.



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

Introdução

O propósito desta pesquisa é identificar possíveis soluções para conceder acesso ao público com deficiência visual, por meio do design, às obras de arte nos espaços culturais. Além disso, esse estudo se propõe a incentivar a viabilização de acesso mais amplo para esse público e criar um vínculo permanente entre centros culturais e museus e os deficientes visuais.

A acessibilidade arquitetônica foi pensada para receber essa população específica em edificações e espaços. As diretrizes exigidas pela *Norma Brasileira 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos* (ABNT, 2020) foram analisadas, assim como foi pensada a maneira em que a pessoa com deficiência visual chegará até tais espaços.

Sabendo que a problemática, no âmbito da arquitetura, já conta com pesquisa anterior, o presente trabalho foca nas obras de arte e, portanto, não inclui aspectos como o uso das vias de acesso a esses centros. Essa pesquisa reconhece que, no Brasil, os acessos e os meios de transporte não foram pensados para respeitar as diferentes características funcionais. As dificuldades apresentadas pelos deficientes visuais incluem vencer desníveis, subir escadas, passar por locais estreitos, acionar mecanismos, entre outros problemas enfrentados no dia a dia. Entretanto, estes não fazem parte do escopo desse projeto.

O foco desse trabalho é demonstrar como incluir os deficientes visuais na contemplação de obras de arte em museus e centros culturais. Para tanto, o projeto explora quais são as possíveis soluções para auxiliar esse indivíduo com perda parcial, total ou severa da visão; e, também, em situações de pessoa com baixa visão, para interpretar formas, cores, texturas e sensações, por meio de outros estímulos sensoriais disponíveis, como o tato, a audição e o olfato – sempre com foco no baixo custo para implementação e na preocupação em satisfazer as necessidades desse público.

O ponto de partida para esse estudo foram dois questionamentos inquietantes: em primeiro lugar, as pessoas com deficiência visual apreciam ou têm interesse pelas artes visuais? A partir dessa pergunta surgiu outro questionamento: quais métodos de design podem ser utilizados para contribuir com a inclusão desse público em museus e centros culturais?

O envolvimento e a importância do design, a fim de atender as necessidades da população com deficiência visual, traduzem-se, a partir dos dados colhidos, no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sentidos táteis, olfativos e auditivos, para tradução de

formas, texturas e cores. Ou seja, desenvolver e aperfeiçoar os meios para tradução dos sentidos. Também se faz necessário analisar a efetividade: qual o impacto na vivência desse público nos museus e centros culturais, para seu melhor aproveitamento?

O design tem como principal característica profissional solucionar problemas por meio da criação ou aperfeiçoamento de produtos para os mais diversos usuários. A principal função do design inclusivo é entender as necessidades de determinado grupo e verificar quais são as possibilidades de resolução ou minimização do problema.

“Design universal é o design de produtos e ambientes a serem utilizados por todas as pessoas, na medida do possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado” (ABOUT UD, 2008, tradução nossa). Com isso, deve-se projetar produtos que proporcionem boa qualidade em seu uso ou “usabilidade”, dedicando um design de qualidade.

O fato de não pensar para além da pessoa padrão, como consumidora do produto, é um erro oriundo do design que atribui má qualidade ao projeto. É uma falha grave do profissional, pela falta de preparo ou preocupação, que acaba sendo reduzida drasticamente quando os profissionais envolvidos têm conhecimento e interação com o público-alvo.

Esse projeto é relativo, especificamente, à inclusão dos deficientes visuais, que no Brasil representam 58% da população que possui algum tipo de deficiência – auditiva, motora, visual ou mental –, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010.

Revisão literária

A conscientização sobre inclusão e igualdade é baseada em um movimento atual e extremamente novo, quando relacionado à história da humanidade. Até o período da Idade Média, entre os séculos V e XV, os cidadãos que tinham qualquer tipo de limitação física ou mental eram considerados descartáveis e, por consequência, eliminados do convívio social.

Atualmente, no Brasil, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, garante que qualquer pessoa com limitação tenha pleno exercício a direitos básicos, como educação, saúde, trabalho, mobilidade (BRASIL, Casa Civil, Decreto 3.298/1999). Porém, notamos que pouco disso é aplicado no dia a dia, perante à exclusão notória dessa população.

A inserção de pessoas com deficiência está assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 –, que descreve os espaços de uso comum e, em específico, as instalações abertas



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

ao público, com adaptações que possibilitem igualdade de uso (BRASIL, Secretaria-Geral. Lei 13.146, 2015).

A palavra adaptação, quando se refere à acessibilidade, não deveria ser utilizada pelos designers, já que tem o conceito de ajustar, conformar, ambientar-se. O foco do profissional é tornar o ambiente adaptado às diferentes características, que são distintas a cada ser humano e, por consequência, aumentar a liberdade deste usuário.

A criação de produtos e meios para apreciação das artes está intimamente ligada ao design inclusivo, que se faz importante na busca de soluções. A inserção do design inclusivo é benéfica na vida dessa população, respeitando o fator global, de gostos, culturas e etnias.

[...] os projetos de designers e arquitetos são, em geral, destinados para um “mítico homem médio que é jovem, saudável, de estatura média, que consegue sempre entender como funcionam os novos produtos, que não se cansa, que não se engana [...] mas que, na verdade, não existe” (GOMES; QUARESMA, 2018, p. 68-69).

Os deficientes visuais (DVs) acabam desenvolvendo de forma mais significativa os outros sentidos, de modo a obter informações extremamente precisas sobre o mundo que os rodeia. Essa habilidade é conhecida como plasticidade neural, que é a capacidade do cérebro em se adaptar com uma compensação, usando outras modalidades.

Na ausência de visão, o córtex visual (inclusive a área visual primária) pode responder a estímulos táteis e auditivos, porque a ausência daquela permite o desmascaramento de conexões latentes, revelando assim a organização metamodal. Além disso, esse processo gera uma expansão das áreas corticais envolvidas com o tato e a audição. Isso explica o refinamento das funções auditivas e somestésicas observadas em cegos. Um melhor entendimento de como o cérebro se adapta à perda da visão e quais são as consequências funcionais para as informações sensoriais restantes podem resultar numa melhor qualidade de vida para os deficientes visuais (RANGEL, Maria Luíza *et al.*, 2010, p. 204).

No Brasil, o sistema braile é o mais utilizado, onde o tato é usado para sentir as elevações na superfície. Como consequência, é notada uma maior afinidade neste sentido.

As pessoas cegas que leem muito por meio do sistema braile ou que executam trabalhos manuais tendem a desenvolver maior refinamento do tato. Quem se dedica à música, à afinação de instrumentos ou à discriminação de sons aguça a capacidade de discriminação auditiva. A degustação e a depuração de aromas ativam mais o paladar e o olfato. Portanto, são aguçados os sentidos mais presentes no processamento de informações, na exploração do ambiente,

no exercício constante de orientação e mobilidade, na realização de atividades de vida diária, na formação de competências e no desenvolvimento de habilidades gerais ou específicas (CAMPOS; SÁ; SILVA, 2007, p. 36).

Museus e centros culturais têm papel fundamental no oferecimento de espaços que possibilitem o desenvolvimento do cidadão e de sua história, no processo democrático e atendendo às novas demandas e expectativas dos visitantes. Esses espaços estão em constante renovação, contando com investimentos tecnológicos para exposições e cenografias, que acabam tornando-os mais acessíveis e atualizados, para uma geração de pessoas cada vez mais tecnológicas.

Os museus também estão se tornando centros de lazer e, sendo lugares de percepção visual e aprendizagem, estão se transformando em um espaço de consumo obrigatório. [...] Não podemos ignorar que algumas instituições já se tornaram um espaço onde a cultura, o comércio e o entretenimento se conjugam. [...]

Neste sentido, para que os museus consigam aumentar e diversificar seu público é necessário levar a cabo um trabalho educativo adequado, em que haja um discurso museológico que leve em conta o nível cultural dos visitantes, para que consigam uma experiência pessoal e desfrutem durante a visita. Com isto, se alcançaria um duplo objetivo: a formação do público e a possibilidade de intensificar a comunicação entre a obra e o espectador. [...] os museus são centros de disseminação da cultura e devem ser mais conhecidos pelo que fazem e oferecem e comunicam à sociedade [...] (HERNÁNDEZ, 2005, p. 26).

A inclusão da pessoa com deficiência visual nas artes segue uma tendência mundial. Na Espanha, por exemplo, o *Museo Tiflológico*, localizado em Madri, é o único voltado especificamente ao público com deficiência visual. Foi criado em 1992 e as obras expostas podem ser vistas e tocadas pelo visitante. Com obras itinerantes, o museu renova constantemente suas exposições, atraindo esse público e tendo como objetivo atender às necessidades culturais das pessoas com deficiência visual grave. Durante a realização dessa pesquisa, em abril de 2019, as obras de cinco artistas cegos estavam em exposição itinerante no local.

No Brasil temos alguns exemplos de espaços inclusivos para referência, como a exposição *Arte Pra Sentir*, em cartaz na Caixa Cultural São Paulo no segundo semestre de 2018. Apostando, também, na inclusão de pessoas com limitação física, as obras tinham o intuito de permitir que o espectador interagisse com todos os trabalhos, utilizando os sentidos: visão, tato, audição e paladar.

O fotógrafo brasileiro Gabriel Bonfim expôs a mostra *Tactography* no Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo, em 2016, e a mesma exposição chegou a Florianópolis em junho de 2019, no Museu Histórico de Santa Catarina. As obras foram tiradas de uma série de retratos do tenor Andrea Bocelli e, também, de sua família, em 2014.

Em São Paulo, essa realidade de inclusão parece não ser tão tangível como deveria. Em março de 2018, o jornal *Folha de S.Paulo* visitou 16 centros culturais para avaliar os recursos tecnológicos aplicados em cada um deles. A matéria cita que o museu como uma proposta antiga e velha é coisa do passado, ressaltando que as instituições estão investindo para que a experiência do público se torne mais interativa (MUSEUS..., 2018).

O professor de Psicologia, Frank Amthor (2018, p. 77), confirma que o “proibido tocar” é altamente prejudicial para o entendimento das obras visuais e para a construção da organização e estruturação do cérebro dos DVs. O fato de que muitas obras não podem ser tocadas por sua raridade e, até mesmo, por serem extremamente sensíveis é uma realidade.

A pele na ponta do dedo, por exemplo, tem mais receptores por área do que a mesma área na pele do abdômen ou das costas. A maior densidade de receptores na ponta do dedo permite discriminação de dois pontos refinada, que a distância pela qual se pode distinguir um único ponto pressionando a pele em dois pontos próximos. A distância é de milímetros na ponta dos dedos, lábios e testa, por exemplo, mas de centímetros no estômago, nas costas e nas pernas (AMTHOR, 2018, p. 77).

Pesquisa com deficientes visuais e curadores

A partir da realização das entrevistas com os DVs foi possível conhecer e entender as principais demandas em relação ao consumo de arte em espaços culturais, além da diferenciação da forma de se consumir informação dos DVs com baixa visão e cegueira total.

Abaixo estão listados os principais pontos e problemas apontados pelos DVs entrevistados acerca do consumo cultural e qual o impacto disto para a vida pessoal, experiências individuais e inclusão do indivíduo na sociedade.

A melhor forma para o entendimento de uma obra seria por meio do “tocar” e ter informações audíveis detalhadas sobre a interpretação das peças. Tocar nas obras é necessário para interpretar a formação, que auxilia no processo da tradução das peças e desempenha um papel importante na vida dessas pessoas. O tato atua na interpretação educacional e tem caráter construtivo.



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

O audioguia é necessário para explicação da história e para adquirir um conhecimento completo na organização educacional. Outros fatores que acabam dificultando a aquisição de conhecimento, além de não poder tocar e não ter uma explicação completa com a estruturação das informações, são fenômenos individuais, que dependem do contexto no qual se encontra o indivíduo.

Individualidade e um bom atendimento foram os itens mais destacados entre os entrevistados e foram evidenciadas várias dificuldades para promover a comunicação necessária com esses usuários, a fim de comportar um conhecimento mais complexo na tradução das obras para esse público.

Os DVs precisam elaborar suas próprias percepções e uma construção significativa dos conceitos relacionados. Compreender a importância da independência e ter foco na solução de outras maneiras simples de inclusão, quando não for possível obter recursos tecnológicos para o livre acesso dessas pessoas, pode ser um diferencial no aumento das visitas a esses locais.

O treinamento dos profissionais e a capacitação são pontos cruciais na constituição do sujeito. A possibilidade de um atendimento prioritário e direcionado ou de recursos tecnológicos diversos, para que possam tirar qualquer tipo de dúvida e que prendam a atenção desses indivíduos, é fator-chave para a concepção de inclusão nos espaços culturais.

Os entrevistados chegaram à conclusão de que a experiência está ligada de forma muito íntima à interatividade do sujeito com a cultura e ao modo como isso é apresentado. Os sistemas disponibilizados têm que estar integrados com mais experiências, a fim de considerar nas funções uma comunicação de suporte, com um sistema de apoio de um para o outro.

A discussão sobre a inclusão dos processos sensoriais, para que se possa substituir a percepção visual, cria um alerta sobre a necessidade de compreender o que é necessário para ativar os outros sentidos, fazendo com que a capacidade de compreensão seja mais ampla.

Isto não significa que o modo tradicional não pode ser colocado à disposição, quando não há recursos tecnológicos e de investimento disponíveis. Porém, deve-se pensar também em uma compensação desta perda. O desenvolvimento dos profissionais que recebem essas pessoas de modo amistoso explica o sucesso da singularidade da aplicação, no processo de interação e inclusão.

A experiência multissensorial foi, de forma unânime, citada por todos os entrevistados como ponto forte para a compreensão e aprendizagem das obras. O relato de que, mesmo em

locais com acessibilidade, muitas vezes a informação não chega com facilidade para os DVs também é citado, reforçando, inclusive, que alguns locais até contam com acessibilidade, mas que o usuário não recebe esta informação.

O ponto com mais discordância foi sobre reconhecimento e aplicação das cores. O público é diverso e dividido entre pessoas que nasceram cegas, que perderam a visão na infância ou que perderam a visão já na etapa adulta. Essa diversidade de contexto é muito complexa e emprega características e modalidades diferentes. Nota-se que é importante um detalhamento das cores pelos guias ou pelo audioguia e, também, a implantação das cores nas peças. Com base nisso, ter dois caminhos para representação das cores passa a ser uma modalidade também de representação, para atingir um reconhecimento mais profundo das obras.

As entrevistas indicaram que o braille é útil para pequenas informações e pode se tornar muito cansativo para grandes textos, tornando-o inútil para quem ficou cego depois da alfabetização, porque normalmente não aprenderam o método. Os meios tecnológicos também facilitaram muito a vida dessas pessoas, tornando o braille cada vez mais distante do dia a dia. A perda da visão na fase adulta também contribui para o não aprendizado da língua.

A inclusão de diversos meios de comunicação como tipografias em alto relevo, para as pessoas que não tem o conhecimento do braile, junto à aplicação do sistema para pequenas informações ajuda na construção do papel fundamental da ampliação do conhecimento e da inclusão, além de promover as intenções comunicativas necessárias.

O processo de entrevistas com dois curadores buscou entender os contrapontos de escolha de cada método aplicado por eles, pensando no desenvolvimento de cada exposição. Os dados levantados não têm como objetivo julgar quais conceitos estão certos ou errados, mas entender quais são as dificuldades enfrentadas, as limitações, a demanda por flexibilidade, para melhorar o processo inclusivo no desenvolvimento de exposições, além de entender como esboçam o método das atividades subjacentes para implantação de espaços culturais inclusivos.

Nesse sentido, as entrevistas partiram dos pressupostos de que os curadores são os que possuem a maior relação na construção de uma exposição cultural, seguidos pelos artistas e pelos espaços culturais. Como se fosse um grande ecossistema, necessário para construção de um espaço inclusivo com potencialização, de modo que satisfaça as necessidades e corresponda ao desenvolvimento dos estímulos necessários, que garantam a igualdade de oportunidades a todos os DVs.

Pelo que foi relatado nessas entrevistas, fica claro que ocorreu uma diferença de pensamento entre os curadores, que por um lado mostram ações que podem ser aplicadas, de modo que ocorra uma inclusão e uma solução para eventuais problemas na demanda para estabelecer maior frequência de pessoas com deficiência nesses espaços culturais. E melhor aproveitamento, de forma a possibilitar aquisição de informação com a mesma igualdade dos videntes.

Esses pontos de vista distintos ilustram as dificuldades adicionais na confecção de espaços inclusivos, além da questão financeira e temporal. Talvez a não segregação dos papéis de quem faz o que e, sim, a unificação de conhecimentos de todos os envolvidos, inclusive a participação dos próprios DVs, com o uso do design de serviço, possa ser um fator essencial.

Mas também é fundamental ter um novo olhar sobre o desenvolvimento dessas exposições, porque está claro nas entrevistas com os DVs que o braille não é o suficiente e está longe de ser considerado um êxito para o processo inclusivo nos meios culturais.

As entrevistas com os curadores serviram para análise da atuação desses profissionais-chave, que têm maior contato com artistas e espaços culturais, como é determinado o contexto nessa mediação.

Considerações Finais

Com base nas pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas com os DVs, há alguns fatos que precisam ser repensados: vivemos em uma sociedade segregada e os silos precisam ser quebrados para alcançarmos a inclusão de todos, de forma mais igualitária possível; o envolvimento de todos os profissionais no conjunto de criações de espaços culturais, inclusive para que a minoria possa desfrutar de modo mais próximo possível, como todos os outros cidadãos, independentemente da limitação física; entender que a realidade brasileira está longe da ideal e que a comunidade de DVs tem um longo caminho a percorrer, mas que a extensão dos curadores, artistas e responsáveis por centros culturais precisa de um nível elevado de produção de conhecimento para soluções legítimas na construção de processos estruturados para inclusão.

Neste ponto, depois da análise das informações obtidas com as entrevistas, da revisão literária sobre espaços culturais e inclusão social, se faz necessário utilizar e explanar com maior detalhamento o papel e importância do design no desenvolvimento de produtos para este

fim. É a partir do engajamento e participação dos profissionais da área que será possível discutir métodos para a realização de trabalhos e exposições que possam tornar a arte ainda mais plural e inclusiva.

O papel do design em proporcionar o estímulo ao aumento da presença de pessoas com deficiência visual, em espaços culturais, está na contribuição para criação de mecanismos que facilitem a inserção desse público nesses locais. Como consequência estão a geração de uma sociedade mais inclusiva e diversa e o acréscimo às experiências pessoais das pessoas não só com deficiência visual, mas no geral, que passam a encontrar mais oportunidades de inserção e vivências socioculturais.

Nessa trajetória de estudo e pesquisa foi possível entrar em contato com situações diversas para um deficiente visual e conhecer as vontades, os sentimentos, os direitos e percepções desse público, compreendendo que ignorar as características dessas pessoas é uma falha imensa.

As entrevistas qualitativas mostraram que todos os entrevistados têm interesse nas artes e que, muitas vezes, frequentam espaços culturais, mas dependem da boa vontade e da capacitação de funcionários para auxiliá-los, contando, até mesmo, com uma possível inclusão presente nos espaços, para compreensão gradual dos ambientes e trabalhos. O ideal seria o fortalecimento da autonomia dessas pessoas, para que, fazendo uso de métodos e mecanismos disponíveis, possam individualizar a experiência cultural, sem depender de ajuda ou auxílio de outrem.

A pesquisa mostrou que, para que os deficientes visuais possam desfrutar dos espaços e entender as artes, é necessário acionar outros sentidos, como a utilização e intensificação de produtos visando o tato, a audição e demais percepções. O uso de outros canais de percepção visual é fator determinante e o principal meio para entendimento das obras.

O tato, além de ser um sentido muito utilizado e essencial para os deficientes visuais, também é o mais citado como ferramenta de percepção. Em segundo lugar vem a audição. O áudio, para uma pessoa com deficiência visual, traz mais informações do que seria percebido pela visão, com descrições detalhadas das obras e das cores.

O que seria captado de forma natural e instantânea aos olhos de um vidente, para os deficientes visuais tem grande importância, porque tem de ser descrito, sendo essa a principal necessidade de adaptação: lembrar das cores e, muitas vezes, imaginá-las, uma vez que muitos

deficientes visuais não sabem a representação das mesmas – quando a perda da visão não é recente, mas sim antiga ou no nascimento.

O olfato foi citado, não de forma positiva ou essencial, mas sim como um potencial e opcional auxiliador, usado com muito cuidado, já que para os entrevistados o cheiro pode ser facilmente confundido com outros aromas e não remete a sensações ou informações de contribuição relevante.

Os sentidos, para essa população, são transformados sem que ocorra a perda de sua função essencial, a exemplo de usar as mãos para sentir e decifrar significados, em vez de pegar, tirar, colocar, apertar etc. Os sentidos sobressalentes desempenham papéis de instrumento nas percepções e alcançam adaptações nos processos de abstração de informações.

A partir disso se torna necessário compor situações para possibilitar esse entendimento, utilizando o tato, como prioridade, a audição e, por último, o olfato. Quando aplicados, é preciso compreender que os deficientes visuais levam mais tempo para abstrair os elementos-chave, já que o processo para conhecer o objeto é mais longo, quando comparado aos videntes.

O designer está capacitado para desempenhar projetos de análise e inclusão social dos deficientes visuais em ambientes culturais, como demonstrado a partir do design inclusivo, do design universal e do design de serviço. Estas vertentes do design apresentam métodos que possibilitam realizar estudos e efetuar o desenvolvimento de produtos e serviços, a serem utilizados dentro da realidade e do dia a dia dessas pessoas.

No entanto, nota-se que as entrevistas com os curadores levantaram pontos importantes, além do fator de recursos financeiros, que também é decisivo para que não haja precariedade nas interações. Foram discutidos o empenho na elaboração de exposições de participação ampla, não necessariamente para deficientes visuais, mas com espaços que possam ser aproveitados por esse público - e, por consequência, tornam-se universais -; e a negociação junto aos artistas e espaços culturais, para adoção de tais medidas inclusivas. Iniciativas por parte dos curadores, centros culturais e artistas são essenciais para uma proposta de inclusão desses cidadãos nos espaços.

O trabalho em questão ainda leva em consideração o fator do indivíduo com a obra. Ainda há muito a ser estudado para que tenhamos espaços que sejam pensados também para os deficientes visuais, a partir de aspectos como o acesso à mobilidade urbana, arquitetônica, à cultura em lugares mais afastados dos polos centrais e de consumo, a informações mais

assertivas nos meios digitais e mídias, para que essas pessoas tenham acesso a locais que ofereçam experiência multissensorial.

O designer, como descrito por meio das técnicas aplicadas, consegue projetar obras para diferentes públicos, dentro da ramificação da população com deficiência visual. A distinção desse público vem do conhecimento adquirido com as pesquisas bibliográficas e entrevistas, sendo necessário considerar os tipos de perdas visuais.

As experiências vivenciadas por esse público reafirmam a importância de designers promoverem um contato abrangente junto às obras para diminuir barreiras. O trabalho de designers, arquitetos, engenheiros é fundamental para construir uma sociedade para todos, na qual o respeito e a igualdade sejam equivalentes às necessidades de cada indivíduo.

Referências

ACESSIBILIDADE. *In*: Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Brasil, [200-?]. Disponível em: < <https://mapaossc.ipea.gov.br/acesibilidade>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ACESSIBILIDADE cultural não é opção, mas necessidade. Sesc SP, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11572_ACESSIBILIDADE+CULTURAL+NAO+E+OPCAO+MAS+NECESSIDADE>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ALVES, Vera Lucia Rodrigues; PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875/101168>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

AMTHOR, Frank. **Neurociência para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 360 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Norma Brasileira, n. 9050, 2020, 68 p. Comitê Brasileiro de Acessibilidade.

BONFIM, Gabriel. **Body and Soul**. Tactography, 2016. Disponível em: < <https://www.cultura.sc.gov.br/programacao/786-a-arte-de-gabriel-bonfim-de-fotografia-a-tactography/>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BONFIM, Gabriel. **De Fotografia à Tactography**, 2016. Disponível em: <<https://mis-sp.org.br/exposicao/de-fotografia-a-tactography/>>. Acesso em: 26 ago. 2025.



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Institui um Estado Democrático, a partir de Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 20 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis que dão prioridade de atendimento e que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 2 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Brasília, 24 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3 ed. São Paulo: Senac, 2012. 272 p.

CAMPOS, Izilda Maria de; SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação à Distância, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu, 2016. 228 p.

CENSO Brasileiro de 2010. Prefeitura de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/cadastro_inclusao/dados_censoibge/index.php?p=43402>. Acesso em 21 ago. 2025.

CERCA de 80% das informações que uma pessoa recebe vêm dos olhos. Portal G1 - Bem Estar, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2011/10/cerca-de-80-das-informacoes-que-uma-pessoa-recebe-vem-dos-olhos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social**: construindo uma nova comunidade. Bauru: Edusc, 2003. 124 p.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p.

FLUSSER, Vilém. **Uma filosofia do design**: a forma das coisas. Tradução: Sandra Escobar. Lisboa: Relógio D'Água, 2010. 152 p.



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **A deficiência?**. Disponível em: <<https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/a-deficiencia/>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GARCEZ, Lucília; OLIVEIRA, Jô. **Explicando a Arte** - Uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 160 p.

GAUCHE, Ricardo; SALLES, Paulo Sérgio Bretas de Almeida (Org.). **Educação Científica, Inclusão Social e Acessibilidade**. Araçatuba: Cânone Editorial, 2011. 180 p.

GIL, Marta (Org.). **Deficiência visual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2000. 80 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2025.

GOMES, Daniela; QUARESMA, Manuela. **Introdução ao Design Inclusivo**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018. 197 p.

HADDAD, Paula. **Acessibilidade**: inclusão sem barreiras. Diversa, 2013. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/inclusao-sem-barreiras/>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. Museomanía. **Patrimonio Cultural**. Chile, [s.v.], n. 37, p. 26, 2005. Disponível em: <<http://www.patrimoniodechile.cl/sitio/Secciones/Edicion-impresa/72980:Revista-Patrimonio-Cultural-N-37>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

HORMESS, Markus; LAWRENCE, Adam; SCHNEIDER, Jakob; STICKDORN, Marc. **Isto é design de serviço na prática**: como aplicar o design de serviço no mundo real – Manual do Praticante. Porto Alegre: Grupo A - Bookman, 2020. 564 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde** – Tabela 5753 – Pessoas com deficiência visual, total, percentual e coeficiente de variação, por grupos de idade e situação do domicílio. 2013. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5753>>. Acesso em: 31 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Principais resultados** - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **O Observatório de Museus e Centros Culturais**: uma agenda de pesquisa para a democracia cultural. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/omcc/media/artigoUNIRIO.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LONGMAN, Gabriela. **Mostra multissensorial ‘Arte pra Sentir’ toca só superfície da questão**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/mostra-multissensorial-arte-pra-sentir-toca-so-superficie-da-questao.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2025.



REVISTA BELAS ARTES

Volume 46, Número 3
Setembro - Dezembro / 2024

ISSN: 2176-6479

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, 2019. 15 p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Brasília, 24 dez. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 1 ed. Espírito Santo: Projeto PCD Legal, 2014. 124 p. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/media/pdf/ONU_Cartilha-dvisual.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUAL é o melhor dos sentidos? Cientistas debatem para decidir. Revista Galileu, 2019. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/05/qual-e-o-melhor-dos-sentidos-cientistas-debatem-para-decidir.html>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

RANGEL, Maria Luíza *et al.* Deficiência visual e plasticidade no cérebro humano. **Psicologia: teoria e prática**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 197-207, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100016>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SIANI, Phelipe. **Museu de SP recebe exposição de fotografias para deficientes visuais**. G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/10/museu-de-sp-recebe-exposicao-de-fotografias-para-deficientes-visuais.html>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Museu de Arte e Público Especial**. Orientadora: Ana Mae Tavares Bastos Barbosa. 1999. 200 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://arteinclusao.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Dissertacao-mestrado_com_ilustracao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. Orientadora: Maria Helena Pires Martins. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/publico/AmandaTojal.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2025.